

APAV[®]



associação portuguesa de
Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

JANEIRO 2021



Violência doméstica: 683 casos reportados à APAV no primeiro confinamento



Os dados figuram na segunda edição do relatório “Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia”, onde se verifica que 83% das vítimas são do sexo feminino e 17% dos agredidos são homens. A análise da APAV conclui que 34,1% das agressões ocorrem num contexto de relações de intimidade, 12,6% são infligidas a crianças e 14,9% contra idosos

Os efeitos colaterais da pandemia podem ser extremamente violentos para todos aqueles que, não tendo sido infetados, são afetados pelo vírus da violência doméstica, mais vulneráveis no primeiro confinamento decretado entre 22 de março e 3 de maio do ano passado. O cenário é evidenciado através dos dados divulgados pela APAV, associação à qual foram reportados **683 casos durante o período de isolamento**, com contactos reduzidos e um quotidiano trancado entre quatro paredes, em que as vítimas ficaram mais expostas aos agressores.

Depois de ter lançado em novembro a primeira newsletter sobre o projeto “Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia”, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima divulgou recentemente a segunda edição, dando continuidade à partilha de informação dos resultados do estudo.

Os números são alarmantes: das 683 denúncias de agressões, **589 situações são de violência doméstica (86%)** e 94 ocorrências correspondem a outras formas de abusos à integridade física (14%), como por exemplo crimes sexuais.

A violência doméstica continua a atingir sobretudo as mulheres, que perfazem 83% das queixas, bem acima dos 17% de vítimas do sexo masculino. A prevalência da vitimação, conclui a APAV, **é maior em pessoas entre os 21 e os 44 anos.**

Em termos territoriais, os casos de violência doméstica contra as mulheres são mais frequentes na região de Lisboa e Vale do Tejo (34,6%), enquanto o Norte é a zona do país com mais homens agredidos (28,7%). Um denominador é, no entanto, transversal: a situação de dependência económica das vítimas.

“Uma parte substancial das vítimas não possui atividade profissional, quer em casos de mulheres (40,5%) como em homens (60,2%)”, aponta o mais recente relatório do projeto “Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia”.

O projeto da APAV desvela que **34,1% das agressões ocorrem num contexto de relações de intimidade**, **12,6% são infligidas a crianças** e **14,9% contra idosos.**

O perfil do autor ainda é sobretudo masculino (76,6%) e a **maior parte dos casos de violência doméstica acontece de forma continuada (68%)**, com uma duração que pode durar entre um mês e 52 anos no caso das mulheres expostas a agressões. Já os homens violentados podem estar sujeitos a uma situação perpetrada que se pode prolongar desde um mês até 41 anos.

APAV recebeu quase 700 denúncias de violência durante primeiro confinamento

Durante o primeiro confinamento a que Portugal esteve sujeito, a APAV registou 683 denúncias de casos de violência. 83% das vítimas eram mulheres e 34,1% dos casos ocorreram em contexto de relações.



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu quase **700 denúncias de casos de violência** durante o primeiro período de confinamento, entre março e maio do ano passado, na maioria casos de violência doméstica.

Os dados fazem parte do projeto “Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia”, promovido pela APAV e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e são relativos ao período entre 22 de março e 3 de maio de 2020.

Durante esse período, a APAV analisou **683 casos de violência**, que foram reportados tanto através do apoio à distância como presencial, a maioria dos quais (589/86%) de violência doméstica, enquanto os restantes 94 casos eram relativos a formas de violência noutros contextos, **e em que 65 dessas vítimas eram mulheres e 29 homens.**

“Dentro do contexto de violência doméstica, é possível concluir que **34,1% dos casos são de violência no contexto das relações de intimidade**, 12,6% são de violência contra crianças e 14,9% dos casos são de violência contra idosos”, refere a APAV.

A associação adianta que a grande maioria das vítimas (83%) são mulheres, contra 17% de vítimas homens, e que a faixa etária com maior prevalência de casos é entre os 21 e os 44 anos, tanto para mulheres (43,4%) como homens (21,4%).

A maioria das mulheres vítimas (34,6%) reside na região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto entre os homens vítimas a prevalência (28,7%) é na região norte do país.

“Uma parte substancial das vítimas não possui atividade profissional, quer em casos de vítimas mulheres (40,5%), como em casos de vítimas homens (60,2%).

Relativamente à pessoa agressora, a APAV constatou que a maioria são **homens** (76,6%), “quer quando as vítimas são mulheres (82,3%), quer quando as vítimas são homens (48%)”.

Olhando para o tipo de relação de intimidade entre vítima e agressor, a APAV refere que em 23% das mulheres e 14,3% dos homens há uma relação conjugal, no caso de 15,1% das mulheres e 10,2% dos homens são companheiros e em 2,9% das mulheres e 4,1% dos homens trata-se de uma relação de namoro.

No que diz respeito à vitimação, a maior parte ocorre de forma continuada em 67% das mulheres e 68,4% dos homens, sendo que a duração das agressões varia entre **um mês e 52 anos** no caso das mulheres, e entre um mês e 41 anos no caso dos homens.

Quando a violência é sobre as crianças, a APAV constatou que os agressores mais comuns são os pais ou avós, enquanto nas agressões contra idosos são os filhos ou netos.

A APAV refere ainda que os tipos de violência mais comuns são a violência psicológica e/ou as ofensas à integridade física, tanto no caso das mulheres (77,3%) como no dos homens (75,5%).



APAV recebeu quase 700 denúncias de violência durante primeiro confinamento



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima recebeu quase 700 denúncias de casos de violência durante o primeiro período de confinamento, entre março e maio do ano passado, na maioria casos de violência doméstica.

Os dados fazem parte do projeto "Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia", promovido pela APAV e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e são relativos ao período entre 22 de março e 3 de maio de 2020.

Durante esse período, a APAV analisou **683 casos de violência**, que foram reportados tanto através do apoio à distância como presencial, **a maioria dos quais (589/86%) de violência doméstica**, enquanto os restantes 94 casos eram relativos a formas de violência noutros contextos, e em que 65 dessas vítimas eram mulheres e 29 homens.

"Dentro do contexto de violência doméstica, é possível concluir que 34,1% dos casos são de violência no contexto das relações de intimidade, 12,6% são de violência contra crianças e 14,9% dos casos são de violência contra idosos", refere a APAV.

A associação adianta que a grande maioria das vítimas (83%) são mulheres, contra 17% de vítimas homens, e que a faixa etária com maior prevalência de casos é entre os 21 e os 44 anos, tanto para mulheres (43,4%) como homens (21,4%).

A maioria das mulheres vítimas (34,6%) reside na região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto entre os homens vítimas a prevalência (28,7%) é na região norte do país.

"Uma parte substancial das vítimas não possui atividade profissional, quer em casos de vítimas mulheres (40,5%), como em casos de vítimas homens (60,2%).

Relativamente à pessoa agressora, a APAV constatou que a maioria são homens (76,6%), "quer quando as vítimas são mulheres (82,3%), quer quando as vítimas são homens (48%)".

Olhando para o tipo de relação de intimidade entre vítima e agressor, a APAV refere que em 23% das mulheres e 14,3% dos homens há uma relação conjugal, no caso de 15,1% das mulheres e 10,2% dos homens são companheiros e em 2,9% das mulheres e 4,1% dos homens trata-se de uma relação de namoro.

No que diz respeito à vitimação, a maior parte ocorre de forma continuada em 67% das mulheres e 68,4% dos homens, sendo que a duração das agressões varia entre um mês e 52 anos no caso das mulheres, e entre um mês e 41 anos no caso dos homens.

Quando a violência é sobre as crianças, a APAV constatou que os agressores mais comuns são os pais ou avós, enquanto nas agressões contra idosos são os filhos ou netos.

A APAV refere ainda que os tipos de violência mais comuns são a violência psicológica e/ou as ofensas à integridade física, tanto no caso das mulheres (77,3%) como no dos homens (75,5%).

VISÃO

APAV recebeu quase 700 denúncias de violência durante primeiro confinamento



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu quase 700 denúncias de casos de violência durante o primeiro período de confinamento, entre março e maio do ano passado, na maioria casos de violência doméstica

Os dados fazem parte do projeto “Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia”, promovido pela APAV e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e são relativos ao período entre 22 de março e 03 de maio de 2020.

Durante esse período, a APAV analisou 683 casos de violência, que foram reportados tanto através do apoio à distância como presencial, a maioria dos quais (589/86%) de violência doméstica, enquanto os restantes 94 casos eram relativos a formas de violência noutros contextos, e em que 65 dessas vítimas eram mulheres e 29 homens.

“Dentro do contexto de violência doméstica, é possível concluir que 34,1% dos casos são de violência no contexto das relações de intimidade, 12,6% são de violência contra crianças e 14,9% dos casos são de violência contra idosos”, refere a APAV.

A associação adianta que a grande maioria das vítimas (83%) são mulheres, contra 17% de vítimas homens, e que a faixa etária com maior prevalência de casos é entre os 21 e os 44 anos, tanto para mulheres (43,4%) como homens (21,4%).

A maioria das mulheres vítimas (34,6%) reside na região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto entre os homens vítimas a prevalência (28,7%) é na região norte do país.

“Uma parte substancial das vítimas não possui atividade profissional, quer em casos de vítimas mulheres (40,5%), como em casos de vítimas homens (60,2%).

Relativamente à pessoa agressora, a APAV constatou que a maioria são homens (76,6%), “quer quando as vítimas são mulheres (82,3%), quer quando as vítimas são homens (48%)”.

Olhando para o tipo de relação de intimidade entre vítima e agressor, a APAV refere que em 23% das mulheres e 14,3% dos homens há uma relação conjugal, no caso de 15,1% das mulheres e 10,2% dos homens são companheiros e em 2,9% das mulheres e 4,1% dos homens trata-se de uma relação de namoro.

No que diz respeito à vitimação, a maior parte ocorre de forma continuada em 67% das mulheres e 68,4% dos homens, sendo que a duração das agressões varia entre um mês e 52 anos no caso das mulheres, e entre um mês e 41 anos no caso dos homens.

Quando a violência é sobre as crianças, a APAV constatou que os agressores mais comuns são os pais ou avós, enquanto nas agressões contra idosos são os filhos ou netos.

A APAV refere ainda que os tipos de violência mais comuns são a violência psicológica e/ou as ofensas à integridade física, tanto no caso das mulheres (77,3%) como no dos homens (75,5%).



APAV recebeu quase 700 denúncias de violência durante primeiro confinamento

Quando a violência é sobre crianças, APAV constatou que os agressores mais comuns são os pais ou avós.



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu quase 700 denúncias de casos de violência durante o primeiro período de confinamento, entre março e maio do ano passado, na maioria casos de violência doméstica.

Os dados fazem parte do projeto "Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia", promovido pela APAV e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e são relativos ao período entre 22 de março e 03 de maio de 2020.

Durante esse período, a APAV analisou 683 casos de violência, que foram reportados tanto através do apoio à distância como presencial, a maioria dos quais (589/86%) de violência doméstica, enquanto os restantes 94 casos eram relativos a formas de violência noutros contextos, e em que 65 dessas vítimas eram mulheres e 29 homens.

"Dentro do contexto de violência doméstica, é possível concluir que 34,1% dos casos são de violência no contexto das relações de intimidade, 12,6% são de violência contra crianças e 14,9% dos casos são de violência contra idosos", refere a APAV.

A associação adianta que a grande maioria das vítimas (83%) são mulheres, contra 17% de vítimas homens, e que a faixa etária com maior prevalência de casos é entre os 21 e os 44 anos, tanto para mulheres (43,4%) como homens (21,4%).

A maioria das mulheres vítimas (34,6%) reside na região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto entre os homens vítimas a prevalência (28,7%) é na região norte do país.

"Uma parte substancial das vítimas não possui atividade profissional, quer em casos de vítimas mulheres (40,5%), como em casos de vítimas homens (60,2%).

Relativamente à pessoa agressora, a APAV constatou que a maioria são homens (76,6%), "quer quando as vítimas são mulheres (82,3%), quer quando as vítimas são homens (48%)".

Olhando para o tipo de relação de intimidade entre vítima e agressor, a APAV refere que em 23% das mulheres e 14,3% dos homens há uma relação conjugal, no caso de 15,1% das mulheres e 10,2% dos homens são companheiros e em 2,9% das mulheres e 4,1% dos homens trata-se de uma relação de namoro.

No que diz respeito à vitimação, a maior parte ocorre de forma continuada em 67% das mulheres e 68,4% dos homens, sendo que a duração das agressões varia entre um mês e 52 anos no caso das mulheres, e entre um mês e 41 anos no caso dos homens.

Quando a violência é sobre as crianças, a APAV constatou que os agressores mais comuns são os pais ou avós, enquanto nas agressões contra idosos são os filhos ou netos.

A APAV refere ainda que os tipos de violência mais comuns são a violência psicológica e/ou as ofensas à integridade física, tanto no caso das mulheres (77,3%) como no dos homens (75,5%).

APAV recebeu quase 700 denúncias de violência durante primeiro confinamento



Associação adianta que a grande maioria das vítimas (83%) são mulheres, contra 17% de vítimas homens.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu quase 700 denúncias de casos de violência durante o primeiro período de confinamento, entre março e maio do ano passado, na maioria casos de violência doméstica.

Os dados fazem parte do projeto "Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia", promovido pela APAV e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e são relativos ao período entre 22 de março e 03 de maio de 2020.

Durante esse período, a APAV analisou 683 casos de violência, que foram reportados tanto através do apoio à distância como presencial, a maioria dos quais (589/86%) de violência doméstica, enquanto os restantes 94 casos eram relativos a formas de violência noutros contextos, e em que 65 dessas vítimas eram mulheres e 29 homens.

"Dentro do contexto de violência doméstica, é possível concluir que 34,1% dos casos são de violência no contexto das relações de intimidade, 12,6% são de violência contra crianças e 14,9% dos casos são de violência contra idosos", refere a APAV.

A associação adianta que a grande maioria das vítimas (83%) são mulheres, contra 17% de vítimas homens, e que a faixa etária com maior prevalência de casos é entre os 21 e os 44 anos, tanto para mulheres (43,4%) como homens (21,4%).

A maioria das mulheres vítimas (34,6%) reside na região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto entre os homens vítimas a prevalência (28,7%) é na região norte do país.

"Uma parte substancial das vítimas não possui atividade profissional, quer em casos de vítimas mulheres (40,5%), como em casos de vítimas homens (60,2%).

Relativamente à pessoa agressora, a APAV constatou que a maioria são homens (76,6%), "quer quando as vítimas são mulheres (82,3%), quer quando as vítimas são homens (48%)".

Olhando para o tipo de relação de intimidade entre vítima e agressor, a APAV refere que em 23% das mulheres e 14,3% dos homens há uma relação conjugal, no caso de 15,1% das mulheres e 10,2% dos homens são companheiros e em 2,9% das mulheres e 4,1% dos homens trata-se de uma relação de namoro.

No que diz respeito à vitimação, a maior parte ocorre de forma continuada em 67% das mulheres e 68,4% dos homens, sendo que a duração das agressões varia entre um mês e 52 anos no caso das mulheres, e entre um mês e 41 anos no caso dos homens.

Quando a violência é sobre as crianças, a APAV constatou que os agressores mais comuns são os pais ou avós, enquanto nas agressões contra idosos são os filhos ou netos.

A APAV refere ainda que os tipos de violência mais comuns são a violência psicológica e/ou as ofensas à integridade física, tanto no caso das mulheres (77,3%) como no dos homens (75,5%).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: APAV RECEBEU QUASE 700 DENÚNCIAS SÓ NO PRIMEIRO CONFINAMENTO

Durante esse período, a associação analisou 683 casos de violência, que foram reportados tanto através do apoio à distância como presencial



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu quase 700 denúncias de casos de violência durante o primeiro período de confinamento, entre março e maio do ano passado, na maioria casos de violência doméstica.

Os dados fazem parte do projeto **“Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia”**, promovido pela APAV e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e são relativos ao período entre 22 de março e 03 de maio de 2020.

Durante esse período, a APAV analisou 683 casos de violência, que foram reportados tanto através do apoio à distância como presencial, a maioria dos quais (589/86%) de violência doméstica, enquanto os restantes 94 casos eram relativos a formas de violência noutros contextos, e em que 65 dessas vítimas eram mulheres e 29 homens.

“ **Dentro do contexto de violência doméstica, é possível concluir que 34,1% dos casos são de violência no contexto das relações de intimidade, 12,6% são de violência contra crianças e 14,9% dos casos são de violência contra idosos**”, refere a APAV.

A associação adianta que a grande maioria das vítimas (83%) são mulheres, contra 17% de vítimas homens, e que a faixa etária com maior prevalência de casos é entre os 21 e os 44 anos, tanto para mulheres (43,4%) como homens (21,4%).

A maioria das mulheres vítimas (34,6%) reside na região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto entre os homens vítimas a prevalência (28,7%) é na região norte do país.

“ **Uma parte substancial das vítimas não possui atividade profissional, quer em casos de vítimas mulheres (40,5%), como em casos de vítimas homens (60,2%). Relativamente à pessoa agressora, a APAV constatou que a maioria são homens (76,6%), quer quando as vítimas são mulheres (82,3%), quer quando as vítimas são homens (48%)**”, aponta.

Olhando para o tipo de relação de intimidade entre vítima e agressor, a APAV refere que em 23% das mulheres e 14,3% dos homens há uma relação conjugal, no caso de 15,1% das mulheres e 10,2% dos homens são companheiros e em 2,9% das mulheres e 4,1% dos homens trata-se de uma relação de namoro.

No que diz respeito à vitimação, a maior parte ocorre de forma continuada em 67% das mulheres e 68,4% dos homens, sendo que a duração das agressões varia entre um mês e 52 anos no caso das mulheres, e entre um mês e 41 anos no caso dos homens.

Quando a violência é sobre as crianças, a APAV constatou que os agressores mais comuns são os pais ou avós, enquanto nas agressões contra idosos são os filhos ou netos.

A APAV refere ainda que os tipos de violência mais comuns são a violência psicológica e/ou as ofensas à integridade física, tanto no caso das mulheres (77,3%) como no dos homens (75,5%).

APAV recebeu quase 700 denúncias de violência durante primeiro confinamento



Lisboa, 28 jan 2021 (Lusa) – A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu quase 700 denúncias de casos de violência durante o primeiro período de confinamento, entre março e maio do ano passado, na maioria casos de violência doméstica.

MAIS RIBATEJO

APAV recebeu quase 700 denúncias de violência durante primeiro confinamento

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu quase 700 denúncias de casos de violência durante o primeiro período de confinamento, entre março e maio do ano passado, na maioria casos de violência doméstica.

Os dados fazem parte do projeto "Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia", promovido pela APAV e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e são relativos ao período entre 22 de março e 03 de maio de 2020.

Durante esse período, a APAV analisou 683 casos de violência, que foram reportados tanto através do apoio à distância como presencial, a maioria dos quais (589/86%) de violência doméstica, enquanto os restantes 94 casos eram relativos a formas de violência noutros contextos, e em que 65 dessas vítimas eram mulheres e 29 homens.

"Dentro do contexto de violência doméstica, é possível concluir que 34,1% dos casos são de violência no contexto das relações de intimidade, 12,6% são de violência contra crianças e 14,9% dos casos são de violência contra idosos", refere a APAV.

A associação adianta que a **grande maioria das vítimas (83%) são mulheres, contra 17% de vítimas homens**, e que a faixa etária com maior prevalência de casos é entre os 21 e os 44 anos, tanto para mulheres (43,4%) como homens (21,4%).

A maioria das mulheres vítimas (34,6%) reside na região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto entre os homens vítimas a prevalência (28,7%) é na região norte do país.

"Uma parte substancial das vítimas não possui atividade profissional, quer em casos de vítimas mulheres (40,5%), como em casos de vítimas homens (60,2%).

Relativamente à pessoa agressora, a APAV constatou que a maioria são homens (76,6%), "quer quando as vítimas são mulheres (82,3%), quer quando as vítimas são homens (48%)".

Olhando para o tipo de relação de intimidade entre vítima e agressor, a APAV refere que em 23% das mulheres e 14,3% dos homens há uma relação conjugal, no caso de 15,1% das mulheres e 10,2% dos homens são companheiros e em 2,9% das mulheres e 4,1% dos homens trata-se de uma relação de namoro.

No que diz respeito à vitimação, a maior parte ocorre de forma continuada em 67% das mulheres e 68,4% dos homens, sendo que a duração das agressões varia entre um mês e 52 anos no caso das mulheres, e entre um mês e 41 anos no caso dos homens.

Quando a violência é sobre as crianças, a APAV constatou que os agressores mais comuns são os pais ou avós, enquanto nas agressões contra idosos são os filhos ou netos.

A APAV refere ainda que os tipos de violência mais comuns são a violência psicológica e/ou as ofensas à integridade física, tanto no caso das mulheres (77,3%) como no dos homens (75,5%).

APAV recebeu quase 700 denúncias de violência durante primeiro confinamento

PORTUGAL E O MUNDO

28 Jan 2021 | 20:01

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu quase 700 denúncias de casos de violência durante o primeiro período de confinamento, entre março e maio do ano passado, na maioria casos de violência doméstica.



Os dados fazem parte do projeto “Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia”, promovido pela APAV e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e são relativos ao período entre 22 de março e 03 de maio de 2020.

Durante esse período, a APAV analisou 683 casos de violência, que foram reportados tanto através do apoio à distância como presencial, a maioria dos quais (589/86%) de violência doméstica, enquanto os restantes 94 casos eram relativos a formas de violência noutros contextos, e em que 65 dessas vítimas eram mulheres e 29 homens.

“Dentro do contexto de violência doméstica, é possível concluir que 34,1% dos casos são de violência no contexto das relações de intimidade, 12,6% são de violência contra crianças e 14,9% dos casos são de violência contra idosos”, refere a APAV.

A associação adianta que a grande maioria das vítimas (83%) são mulheres, contra 17% de vítimas homens, e que a faixa etária com maior prevalência de casos é entre os 21 e os 44 anos, tanto para mulheres (43,4%) como homens (21,4%).

A maioria das mulheres vítimas (34,6%) reside na região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto entre os homens vítimas a prevalência (28,7%) é na região norte do país.

“Uma parte substancial das vítimas não possui atividade profissional, quer em casos de vítimas mulheres (40,5%), como em casos de vítimas homens (60,2%).

Relativamente à pessoa agressora, a APAV constatou que a maioria são homens (76,6%), “quer quando as vítimas são mulheres (82,3%), quer quando as vítimas são homens (48%)”.

Olhando para o tipo de relação de intimidade entre vítima e agressor, a APAV refere que em 23% das mulheres e 14,3% dos homens há uma relação conjugal, no caso de 15,1% das mulheres e 10,2% dos homens são companheiros e em 2,9% das mulheres e 4,1% dos homens trata-se de uma relação de namoro.

No que diz respeito à vitimação, a maior parte ocorre de forma continuada em 67% das mulheres e 68,4% dos homens, sendo que a duração das agressões varia entre um mês e 52 anos no caso das mulheres, e entre um mês e 41 anos no caso dos homens.

Quando a violência é sobre as crianças, a APAV constatou que os agressores mais comuns são os pais ou avós, enquanto nas agressões contra idosos são os filhos ou netos.

A APAV refere ainda que os tipos de violência mais comuns são a violência psicológica e/ou as ofensas à integridade física, tanto no caso das mulheres (77,3%) como no dos homens (75,5%).

APAV recebeu quase 700 denúncias de violência durante primeiro confinamento

Nacional

28 Janeiro 2021

Redação

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu quase 700 denúncias de casos de violência durante o primeiro período de confinamento, entre março e maio do ano passado, na maioria casos de violência doméstica.



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu quase 700 denúncias de casos de violência durante o primeiro período de confinamento, entre março e maio do ano passado, na maioria casos de violência doméstica. Os dados fazem parte do projeto "Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia", promovido pela APAV e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e são relativos ao período entre 22 de março e 03 de maio de 2020.

Durante esse período, a APAV analisou 683 casos de violência, que foram reportados tanto através do apoio à distância como presencial, a maioria dos quais (589/86%) de violência doméstica, enquanto os restantes 94 casos eram relativos a formas de violência noutros contextos, e em que 65 dessas vítimas eram mulheres e 29 homens.

"Dentro do contexto de violência doméstica, é possível concluir que 34,1% dos casos são de violência no contexto das relações de intimidade, 12,6% são de violência contra crianças e 14,9% dos casos são de violência contra idosos", refere a APAV.

A associação adianta que a grande maioria das vítimas (83%) são mulheres, contra 17% de vítimas homens, e que a faixa etária com maior prevalência de casos é entre os 21 e os 44 anos, tanto para mulheres (43,4%) como homens (21,4%).

A maioria das mulheres vítimas (34,6%) reside na região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto entre os homens vítimas a prevalência (28,7%) é na região norte do país.

"Uma parte substancial das vítimas não possui atividade profissional, quer em casos de vítimas mulheres (40,5%), como em casos de vítimas homens (60,2%). Relativamente à pessoa agressora, a APAV constatou que a maioria são homens (76,6%), "quer quando as vítimas são mulheres (82,3%), quer quando as vítimas são homens (48%)".

Olhando para o tipo de relação de intimidade entre vítima e agressor, a APAV refere que em 23% das mulheres e 14,3% dos homens há uma relação conjugal, no caso de 15,1% das mulheres e 10,2% dos homens são companheiros e em 2,9% das mulheres e 4,1% dos homens trata-se de uma relação de namoro.

No que diz respeito à vitimação, a maior parte ocorre de forma continuada em 67% das mulheres e 68,4% dos homens, sendo que a duração das agressões varia entre um mês e 52 anos no caso das mulheres, e entre um mês e 41 anos no caso dos homens.

Quando a violência é sobre as crianças, a APAV constatou que os agressores mais comuns são os pais ou avós, enquanto nas agressões contra idosos são os filhos ou netos.

A APAV refere ainda que os tipos de violência mais comuns são a violência psicológica e/ou as ofensas à integridade física, tanto no caso das mulheres (77,3%) como no dos homens (75,5%).



APAV received almost 700 reports of violence during first confinement – Society

The Portuguese Victim Support Association (APAV) received almost 700 reports of cases of violence during the first period of confinement, between March and May last year, mostly cases of domestic violence.

The data are part of the project “Violence against Women and Domestic Violence in Times of Pandemic”, promoted by APAV and financed by the Foundation for [Science](#) and [Technology](#) (FCT), and are related to the period between March 22 and May 3, 2020.

During this period, APAV analyzed 683 cases of violence, which were reported through both distance and in-person support, the majority of which (589/86%) were domestic violence, while the remaining 94 cases were related to forms of violence in other countries. contexts, and in which 65 of these victims were women and 29 men.

“Within the context of domestic violence, it is possible to conclude that 34.1% of cases are violence in the context of intimate relationships, 12.6% are violence against children and 14.9% of cases are violence against the elderly” , refers to APAV.

The association says that the vast majority of victims (83%) are women, against 17% of male victims, and that the age group with the highest prevalence of cases is between 21 and 44 years old, both for women (43.4%) as men (21.4%).

The majority of female victims (34.6%) live in the region of Lisbon and the Tagus Valley, while among male victims the prevalence (28.7%) is in the northern region of the country.

“A substantial part of the victims have no professional activity, either in cases of female victims (40.5%), or in cases of male victims (60.2%).

Regarding the aggressor, the APAV found that the majority are men (76.6%), “either when the victims are women (82.3%) or when the victims are men (48%)”.

Looking at the type of intimate relationship between victim and aggressor, APAV states that in 23% of women and 14.3% of men there is a marital relationship, in the case of 15.1% of women and 10.2% of men they are partners and in 2.9% of women and 4.1% of men it is a dating relationship.

With regard to victimization, most of them occur continuously in 67% of women and 68.4% of men, and the duration of the aggressions varies between one month and 52 years in the case of women, and between one month and 41 years for men.

When violence is on children, APAV found that the most common aggressors are parents or grandparents, while in aggressions against the elderly are children or grandchildren.

The APAV also states that the most common types of violence are psychological violence and / or offenses against physical integrity, both in the case of women (77.3%) and men (75.5%).

APAV apresenta projeto de apoio a vítimas de crime



A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresentou ontem, 28 de janeiro, o Projeto Infovítimas Inclusivo, o primeiro website em Portugal que disponibiliza, a pessoas com deficiência visual e auditiva, informação sobre direitos, processos-crime e seus intervenientes e funcionamento do sistema judicial.

Em comunicado, a organização refere que o projeto visa a capacitação, autonomia e protecção das pessoas com deficiência visual e auditiva, vítimas de crime, a redução dos efeitos negativos e das consequências da experiência de vitimação, e a contribuição para que estas pessoas tenham na sua posse o conhecimento e as ferramentas necessárias para agir em caso de violência ou crime.

Foram criados materiais informativos, em suporte digital, adaptados às necessidades de pessoas com deficiência visual e auditiva, dotando-os de conhecimentos necessários para agirem em caso de crime ou violência.

O Projeto Infovítimas Inclusivo vem, assim, segundo a APAV, colmatar a inexistência, sob qualquer formato ou em qualquer organismo, de informação adaptada a este grupo de pessoas. Estima-se que o Infovítimas Inclusivo chegue a cerca de 8 500 beneficiários, de todas as faixas etárias.

VILA NOVA

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima mostra '30 Anos pelos Direitos das Vítimas' no nº 13 deste magazine com fotografias de Rui Nunes-Costa

Mídia | Miscellanea celebra 30º aniversário da APAV



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) acaba de lançar o [número 13 da Revista Miscellanea APAV](#). Não tendo sido 2020 o ano de celebrações que a associação havia planeado – na verdade, foi um mesmo um ano particularmente desafiante -, esta edição especial da revista encerra o ano em que a APAV celebrou 30 anos.

As fotografias que integram a revista, da autoria de [Rui Nunes-Costa](#), fazem parte da campanha APAV '30 Anos pelos Direitos das Vítimas'. Ao longo dos últimos 12 meses, 30 personalidades, entre as quais se contam Maria de Belém – ex-Ministra da Saúde e ex-candidata presidencial, Richard Zimler – escritor, e Telma Monteiro – judoca, partilharam os motivos pelos quais apoiam a APAV e se associaram a esta campanha. Todas as mensagens reforçam que a APAV é uma organização [de pessoas e para pessoas](#).

Homenagem a Bruno Brito e a todos quantos têm contribuído para a defesa dos direitos das vítimas

Na nota de divulgação, a APAV deixa ainda uma sentida nota de pesar pela perda do seu colaborador [Bruno Brito](#). “A imagem de memória ao Bruno Brito faz também parte desta edição especial. A marca do Bruno estendeu-se por diversas áreas de atuação e missão da APAV, num contributo inestimável em novas áreas e inovadores modelos de intervenção”.

Da mesma forma, a APAV lembra que esta edição da Miscellanea é, sobretudo, uma publicação que procura homenagear todos os que, de forma direta ou indireta, têm contribuído para que a APAV possa continuar na prossecução da defesa dos direitos das vítimas de crime. Esta não é uma edição para ler. É, na verdade, uma edição para folhear, recordar e sentir.

APAV apresenta número especial da revista Miscellanea

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta o número 13 da Revista Miscellanea APAV. Esta edição especial da revista encerra o ano em que a APAV celebrou 30 anos. 2020 não foi o ano de celebrações que havíamos planeado. Na verdade, foi um ano particularmente desafiante.

As fotografias que integram a revista, da autoria de Rui Nunes-Costa, fazem parte da campanha APAV, 30 Anos Pelos Direitos das Vítimas. Ao longo dos últimos 12 meses, 30 personalidades partilharam os motivos pelos quais apoiam a APAV e se associaram a esta campanha. Todas as mensagens reforçam que a APAV é uma organização de pessoas e para pessoas.

A imagem de memória ao Bruno Brito faz também parte desta edição especial. A marca do Bruno estendeu-se por diversas áreas de atuação e missão da APAV, num contributo inestimável em novas áreas e inovadores modelos de intervenção.

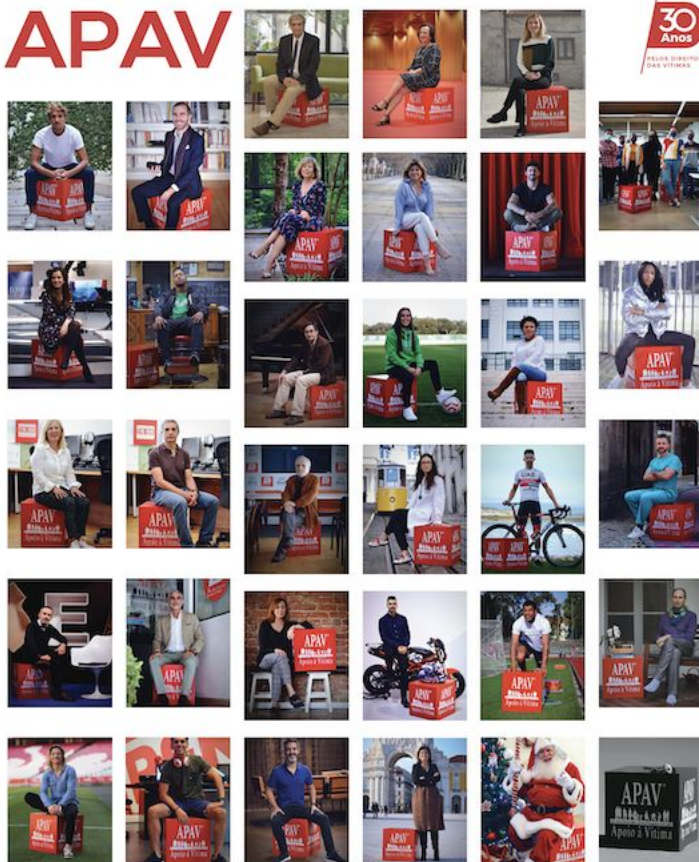
Esta não é uma edição para ler. É uma edição para folhear, recordar e sentir. É, sobretudo, uma edição que procura homenagear todas e todos que, de forma mais direta ou indireta, têm contribuído para que a APAV possa continuar na prossecução da defesa dos direitos das vítimas de crime. Obrigado a todas e a todos!

A revista Miscellanea APAV #13 está disponível para consulta online, nos formatos PDF e E-Book.

MISCELLANEA DEZ. 2020 NUMERO 13

APAV

30
Anos
PELOS DIREITOS
DAS VÍTIMAS



Quase metade da população portuguesa já foi alvo de burla online

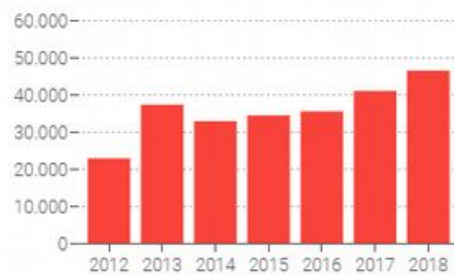
De acordo com o barómetro conduzido pela APAV em colaboração com a Intercampus, 35% dos inquiridos revela ter sido alvo de situações de burla. Entre 12% a 18% das vezes estas situações ocorreram online, através de phishing, através de SMS, smishing.



Cerca de 35% da população portuguesa já foi alvo de burla. De acordo com o Barómetro Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)/Intercampus sobre a “Perceção da População sobre Cibercriminalidade e Segurança”, divulgado esta terça-feira, entre 12% a 18% das vezes estas situações ocorreram online, através de *phishing*, através de SMS, *smishing*, para pagamento urgente de alegada dívida ou em plataformas de compras online. Embora a maioria revele ter sido abordada, deixa claro também que não acedeu à solicitação.

Atuação da APAV

Número de atendimentos feitos pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima



Fonte: APAV a 04/03/2020

[Sugestões?](#)

O estudo tem como principais objetivos aferir a perceção sobre criminalidade e sentimento de segurança, bem como a experiência pessoal em diversas situações de criminalidade. A recolha de dados foi realizada com base num questionário elaborado pela APAV e a informação foi recolhida através de entrevistas online, junto de um painel de 590 internautas, no período entre 2 e 20 de novembro de 2020.

O mesmo barómetro indica também que quase metade dos portugueses inquiridos (45%) já foi vítima de furto ou roubo fora de casa, nos últimos 12 meses, sendo que estas situações aconteceram tanto no seu veículo automóvel particular como também em transporte público.

A percentagem cai significativamente quando se analisa os episódios de furto em casa. Apenas 17% dos questionados pela APAV revela ter sido vítima de roubos no domicílio e em 42% das situações implicou-se a destruição de uma porta, janela ou similar.

Já as situações de roubo ou furto em espaços públicos representam apenas 18% no inquérito conduzido.

Segundo as conclusões da APAV, menos de metade dos inquiridos formalizou denúncia ou queixa junto de uma entidade policial (PSP, GNR, PJ, SEF) ou do Ministério Público.

Projeto que apoia vítimas de crime com deficiência é apresentado online

A iniciativa permite a pessoas com deficiência terem acesso às ferramentas necessárias para "agir em caso de violência ou crime"

The banner features a blue header with the text 'infovítimas inclusivo' in white. To the right, it says 'SESSÃO DE APRESENTAÇÃO' and '28 JANEIRO, 11H00 ONLINE | YOUTUBE APAV'. Below the header is a collage of images showing a tablet with the text 'QUALQUER PESSOA PODE SER VÍTIMA DE CRIME' and the APAV logo, along with various icons and logos of partner organizations like Casa Pia Litane.

“Infovítimas Inclusivo” é o nome de um projeto que vai ser apresentado esta quinta-feira, 28 de janeiro, pelas 11h00, através das plataformas digitais. A sessão é aberta ao público, sendo especialmente dirigida a representantes de organizações da sociedade civil, magistrados do Ministério Público, juizes, outros operadores judiciais, agentes das Forças de Segurança e elementos ligados ao ensino superior.

A iniciativa é promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). O organismo nacional explica que a sessão digital será um “um momento para a partilha dos resultados” do projeto “Infovítimas Inclusive”, o qual “permite que pessoas com deficiência visual e auditiva, vítimas de crime, tenham acesso a informação e ferramentas necessárias para agir em caso de violência ou crime, promovendo, desta forma, a sua autonomia e capacitação”.

A sessão poderá ser acompanhada através do [facebook](#) e canal [youtube](#) da APAV. “Junte-se a nós e aproveite a oportunidade de conhecer um projeto inovador em Portugal que salvaguardará a proteção das pessoas com deficiência visual e auditiva, vítimas de crime, reduzindo os efeitos negativos e as consequências da experiência de vitimação”, apela a associação portuguesa.



A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA É UM CRIME PÚBLICO

11 jan, 14:02



No «Dois às 10», abordamos a questão da violência doméstica ser um crime público e assim sendo, pode ser denunciado por qualquer outra pessoa para além da própria vítima. Vera de Melo alerta para o facto de que «amor não é possuir» e Patrícia Cipriano salienta o papel da APAV, de apoio à vítima.

Violência doméstica cresceu com a pandemia



No dia da divulgação de um estudo da Escola Nacional de Saúde Pública que revela a **subida do número de casos de violência doméstica entre abril e outubro** do ano passado, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima alerta para o elevado número de crimes que nunca chegam a ser denunciados.

APAV/Intercampus: Perceção da População sobre Criminalidade e Segurança

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta o Barómetro APAV/INTERCAMPUS sobre a "Perceção da População sobre Cibercriminalidade e Segurança".

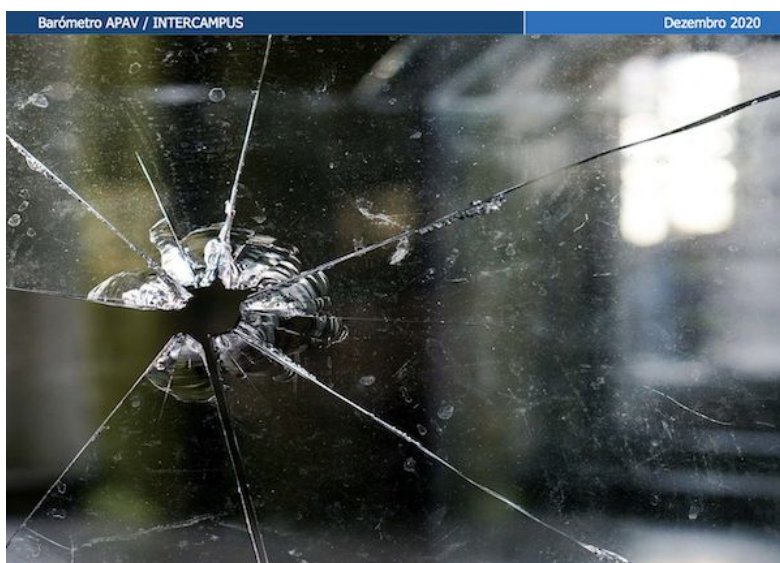
O estudo teve como principais objetivos aferir a perceção sobre criminalidade e sentimento de segurança, bem como a experiência pessoal em diversas situações de criminalidade. A recolha de dados foi realizada com base num questionário elaborado pela APAV e a informação foi recolhida através de entrevistas online, junto de um painel de 590 internautas, no período entre 2 e 20 de novembro de 2020.

Destacamos algumas conclusões:

- 34% dos inquiridos experienciou alguma situações de burla;
- Entre 12% e 18% das pessoas inquiridas foram alvos de burlas online, como phishing, através de SMS, smishing, para pagamento urgente de alegada dívida ou em plataformas de compras online. A maioria, apesar de ter sido abordada, não acedeu à solicitação;
- 18% dos inquiridos teve alguma experiência pessoal nos últimos 12 meses, com furtos ou roubos fora de casa;
- 45% das situações de furto ou roubo fora de casa aconteceu em veículo automóvel particular;
- 45% das situações de furto ou roubo fora de casa aconteceu em transporte público;
- 17% dos inquiridos teve alguma experiência pessoal nos últimos 12 meses, com furto ou roubo em casa;
- 42% das situações implicou a destruição de uma porta, janela ou similar;
- Menos de metade dos inquiridos formalizou denúncia ou queixa junto de uma entidade policial (PSP, GNR, PJ, SEF) ou do Ministério Público.

Consulte aqui o documento completo:

[Barómetro APAV/INTERCAMPUS: Perceção da População sobre Cibercriminalidade e Segurança \(PDF\)](#)



**Perceção da População
sobre criminalidade e segurança**





BARÓMETRO DE SEGURANÇA: 18% DOS PORTUGUESES ALVOS DE FURTO OU ROUBO FORA DE CASA NO ÚLTIMO ANO

Novo relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 'Perceção da População sobre Cibercriminalidade e Segurança', mostra também que os furtos ou roubos fora de casa acontecem maioritariamente num veículo automóvel particular ou nos transportes públicos.



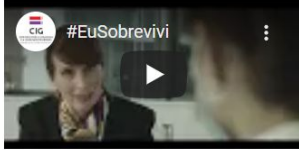
A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima acaba de apresentar o Barómetro APAV/INTERCAMPUS sobre a 'Perceção da População sobre Cibercriminalidade e Segurança', dando conta de que 18% dos inquiridos teve alguma experiência pessoal nos últimos 12 meses. Destes, 45% das situações de furto ou roubo fora de casa aconteceram em veículo automóvel particular e outros 45% em transporte público. Nestes casos, em 30% ocorreram com recurso a violência ou ameaça.

Passando para furtos ou roubos em casa, 17% dos inquiridos revela que teve alguma experiência pessoal nos últimos 12 meses. Nestes casos, 42% das situações implicaram a destruição de uma porta, janela ou similar.

No que toca a burlas, o novo barómetro conclui que 34% dos portugueses já experienciou alguma situação de burla no último ano. Entre 12% e 18% das pessoas inquiridas foram alvo de burlas online, como phishing, através de SMS, smishing, para pagamento urgente de alegada dívida ou em plataformas de compras online. A maioria, apesar de ter sido abordada, não acedeu à solicitação, revela a APAV.

Contudo, menos de metade dos inquiridos formalizou denúncia ou queixa junto de uma entidade policial (PSP, GNR, PJ, SEF) ou do Ministério Público, revela o barómetro.

O estudo teve como principais objetivos aferir a perceção sobre criminalidade e sentimento de segurança, bem como a experiência pessoal em diversas situações de criminalidade. A recolha de dados foi realizada com base num questionário elaborado pela APAV e a informação foi recolhida através de entrevistas online, junto de um painel de 590 internautas, no período entre 2 e 20 de novembro de 2020.



26/01/2021

Campanha #EUSOBREVIVI contra a violência doméstica

A campanha **#EuSobrevivi**, lançada para assinalar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, reforça a vigilância contra a violência doméstica e alerta para os desafios impostos pela pandemia COVID-19.

Cofinanciada pelo **PO ISE** - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, a campanha **#EuSobrevivi** é promovida pela Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade e a **CIG** - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

O **VÍDEO da campanha** decorre num contexto profissional, pretendendo alertar para a importância das pessoas que no seu dia-a-dia têm contacto com potenciais vítimas de violência doméstica e que se devem mobilizar para as apoiar.

Toda a estratégia é de capacitação das vítimas, indicando serviços e mobilizando para uma ação coletiva de apoio.

A campanha conta com a colaboração da AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência, Associação Mulheres Sem Fronteiras, Associação Ser Mulher, APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, APF – Associação de Planeamento da Família, Associação Plano I, Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, Coolabora, Corações Com Coroa, FEM – Feministas em Movimento, IAC – Instituto de Apoio à Criança, Movimento Democrático de Mulheres, Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, UMAR – União das Mulheres Alternativa e Resposta e Quebrar o Silêncio Associação.

Saiba mais aqui



CNCS Passa A Coordenar Centro Internet Segura

Cibersegurança

Notícias

📅 25/01/2021 👤 SecurityMagazine

📊 Número De Leituras Desta Notícia: 541

O Centro Internet Segura (CIS) encontra-se agora sob a coordenação do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS). O Consórcio do CIS, criado no âmbito da candidatura ao 2020 CEF Telecom Call Safer Internet, integrada no Connecting Europe Facility da Comissão Europeia, envolve ainda a Direcção-Geral da Educação do Ministério da Educação, a Fundação para a Ciência e Tecnologia, o Instituto Português do Desporto e Juventude, a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Fundação Altice e a Microsoft Portugal.

O CIS tem como missão a promoção do uso responsável, consciente e saudável da Internet e, nesse sentido, oferece três serviços, que visam a sensibilização, o esclarecimento e o apoio à população, e ainda, a denuncia de conteúdo ilegal.

Estes objetivos, a nível nacional, desdobram-se em dois centros de sensibilização: um operacionalizado pelo CIS e destinado ao público em geral e um segundo da responsabilidade da Direcção-Geral da Educação, dirigido à comunidade escolar – o SeguraNet.

Ainda no âmbito da sua missão, o CIS disponibiliza um canal gratuito e confidencial, designado por Linha Internet Segura, que pretende apoiar e esclarecer quanto à utilização segura da Internet, e ainda, um canal de denuncia de conteúdos ilegais online, que pode ser consultado aqui.

Violência doméstica: Campanha #EuSobrevivi



COVID-19

Violência doméstica é crime.
Peça ajuda!
Segurança durante o isolamento.
#eusobrevivi

3060

800 202 148

violencia.covid@ciq.gov.pt

REPÚBLICA PORTUGUESA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

CIG
COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO
Presidência do Conselho de Ministros

PORTUGAL MAIS IGUAL
2020
PLANO DE ACÇÃO

A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) lançaram a campanha #EuSobrevivi, que reforça a vigilância contra a violência doméstica e alerta para os desafios impostos pela pandemia COVID-19.

A campanha conta com a colaboração da AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência, Associação Mulheres Sem Fronteiras, Associação Ser Mulher, APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, APF – Associação de Planeamento da Família, Associação Plano I, Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, Coolabora, Corações Com Coroa, FEM – Feministas em Movimento, IAC – Instituto de Apoio à Criança, Movimento Democrático de Mulheres, Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, UMAR – União das Mulheres Alternativa e Resposta e Quebrar o Silêncio Associação.

APAV apresenta Projeto Infovítimas Inclusivo

A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta hoje o Projeto Infovítimas Inclusivo, o primeiro website em Portugal que disponibiliza, a pessoas com deficiência visual e auditiva, informação sobre direitos, processos-crime e seus intervenientes e funcionamento do sistema judicial.

A proteção das pessoas com deficiência visual e auditiva, vítimas de crime, a redução dos efeitos negativos e das consequências da experiência de vitimação, e a contribuição para que as pessoas com deficiência visual e auditiva tenham na sua posse o conhecimento e as ferramentas necessárias para agir em caso de violência ou crime são fundamentais para a promoção da sua autonomia e capacitação.

Com isto em consideração, a APAV, em conjunto com parceiros, desenvolveu o Projeto Infovítimas Inclusivo, o primeiro website em Portugal que disponibiliza, a pessoas com deficiência visual e auditiva, informação sobre direitos, processos-crime e seus intervenientes e funcionamento do sistema judicial.

Foram criados materiais informativos, em suporte digital, adaptados às necessidades de pessoas com deficiência visual e auditiva, dotando-os de conhecimentos necessários para agirem em caso de crime ou violência.

O Projeto Infovítimas Inclusivo vem, assim, colmatar a inexistência, sob qualquer formato ou em qualquer organismo, de informação adaptada a este grupo de pessoas, o que as coloca numa posição de maior fragilidade e expostas a uma experiência de vitimação ainda mais negativa. Estima-se que o Infovítimas Inclusivo chegue a cerca de 8 500 beneficiários, de todas as faixas etárias.

A APAV teve como parceiros a Casa Pia de Lisboa, consultores e a agência Último Take. O Projeto Infovítimas Inclusivo foi vencedor dos Prémios Caixa Social 2019, promovidos pela Caixa Geral de Depósitos.

Assista à apresentação [aqui](#).

The banner features the project title 'infovítimas inclusivo' in a stylized font on a blue background. To the right, it states 'SESSÃO DE APRESENTAÇÃO 28 JANEIRO, 11H00 ONLINE | YOUTUBE APAV'. Below this, there are logos for 'infovítimas inclusivo' and 'Casa Pia Lisboa'. The bottom section shows a collage of digital content, including a slide with the text 'QUALQUER PESSOA PODE SER VÍTIMA DE CRIME' and the APAV logo with the tagline 'Apoio à Vítima'. Other logos for 'Parceiro: Casa Pia Lisboa' and 'Último Take' are also visible.

▶ APAV apresenta Projeto Infovítimas Inclusivo

 Criado em 28 janeiro 2021



A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresentou o Projeto Infovítimas Inclusivo, o primeiro website em Portugal que disponibiliza, a pessoas com deficiência visual e auditiva, informação sobre direitos, processos-crime e seus intervenientes e funcionamento do sistema judicial.

A protecção das pessoas com deficiência visual e auditiva, vítimas de crime, a redução dos efeitos negativos e das consequências da experiência de vitimação, e a contribuição para que as pessoas com deficiência visual e auditiva tenham na sua posse o conhecimento e as ferramentas necessárias para agir em caso de violência ou crime são fundamentais para a promoção da sua autonomia e capacitação.

Com isto em consideração, a APAV, em conjunto com parceiros, desenvolveu o Projeto [Infovítimas Inclusivo](#), o primeiro website em Portugal que disponibiliza, a pessoas com deficiência visual e auditiva, informação sobre direitos, processos-crime e seus intervenientes e funcionamento do sistema judicial.

Foram criados materiais informativos, em suporte digital, adaptados às necessidades de pessoas com deficiência visual e auditiva, dotando-os de conhecimentos necessários para agirem em caso de crime ou violência.

O Projeto Infovítimas Inclusivo vem, assim, colmatar a inexistência, sob qualquer formato ou em qualquer organismo, de informação adaptada a este grupo de pessoas, o que as coloca numa posição de maior fragilidade e expostas a uma experiência de vitimação ainda mais negativa. Estima-se que o Infovítimas Inclusivo chegue a cerca de 8 500 beneficiários, de todas as faixas etárias.

A APAV teve como parceiros a Casa Pia de Lisboa, consultores e a agência Último Take. O Projeto Infovítimas Inclusivo foi vencedor dos Prémios Caixa Social 2019, promovidos pela Caixa Geral de Depósitos.



PORQUE É QUE A PANDEMIA PROVOCOU NOVOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?

O projeto de investigação "VD@COVID19" concluiu que um terço das vítimas de violência doméstica reportou ter sido agredida pela primeira vez durante a pandemia. Um psicólogo da APAV aponta possíveis razões.



Foram 1.062 pessoas a responder a um inquérito online, no âmbito do projeto investigação VD@COVID19, levado a cabo pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), cujo objetivo passou por analisar a violência doméstica física, psicológica e sexual autorreportada durante a pandemia, entre abril e outubro de 2020.

Os **resultados**, divulgados esta quarta-feira, 27 de janeiro, deixam ver alguns aspetos: 15,5% das mulheres reportou ter sido vítima de violência doméstica — e, destas, 13% relatou ter sido vítima de violência psicológica, 1% de violência física e 0,9% de violência sexual. Mais: 34% das vítimas reportou ter sido vítima de violência doméstica pela primeira vez durante este período. Ou seja, um terço.

Um cenário que a Associação de Apoio à Vítima (APAV) já havia posto em cima da mesa, quando em abril falou à MAGG sobre a possibilidade de famílias sem antecedentes de episódios agressivos, manifestarem quadros de violência gerados pelo stresse de convivência e do confinamento.

A situação foi, mais tarde, em novembro, **relatada** pela Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), quando deu conta de 503 casos relativos a "situações novas que chegaram pela primeira vez às equipas de atendimento à procura de ajuda" na RNAVVD, no período entre 28 de setembro e 8 de novembro — correspondente à segunda vaga da pandemia.

Na sequência das conclusões do estudo da ENSP, Daniel Cotrim, psicólogo da APAV, reforça esta ideia e dá como fatores favoráveis a este contexto o "stress ambiental", **ligado à "situação de emergência", acrescentando os problemas socio-económicos provocados pela pandemia, que gerou mais desemprego e regimes de layoff.**

E desenha um potencial perfil, com características indicadas também no estudo dirigido por Sónia Dias. "Possivelmente, já eram agregados em que existia disfuncionalidade e que o facto de estarem confinados 24 sob 24 horas fez com que se gerassem mecanismos de violência física ou psicológica, associados a questão de stress socio-económico e da incerteza", diz. "Depois, podemos ainda associar o consumo de álcool e drogas, que pode potenciar o surgimento de situações de violência doméstica."

Frequentemente, nestes casos em que só se verifica uma agressão, explica o psicólogo da APAV — associação que integra uma rede de Casas Abrigo — é frequente que as vítimas acreditem tratar-se de um episódio pontual. Vão à polícia, apresentam queixa e surpreendem-se no momento em que é accionada a organização social e os mecanismos de acolhimento.

Isto já foi testemunhado pela associação: "Chegam com sinais evidentes de agressão. No dia seguinte querem-se ir logo embora, porque dizem que 'ele já aprendeu a lição'. Não se consideram vítimas de violência doméstica."

A mesma investigação conclui que a maioria das vítimas não procura ajuda, nem denuncia o caso (72%). Os argumentos são, maioritariamente, dois: que "o abuso não foi grave" e por "acreditar que as autoridades não fariam nada". Além disso, há quem considere que a procura de ajuda é "desnecessária", por considerarem que "não alteraria a situação" e por se sentirem constrangidos pela mesma.

VIOLÊNCIA FÍSICA DIMINUIU POR CAUSA DO "CONTROLO SOCIAL"

Mas há mais dados que merecem escrutínio no novo relatório, que apresenta valores superiores de casos de violência psicológica (13%), face à física (1%). "A violência física pode ter diminuído porque o facto de estarmos confinados aumenta o controlo social", explica Daniel Cotrim.

É que a agressão física é mais audível e menos discreta, sobretudo em zonas urbanas, onde os prédios são ocupados por várias pessoas e onde as casas são divididas por paredes finas. **Assim, sobrou lugar para a agressão psicológica, na forma de "coação, pressão psicológica e chantagem". Um tipo de agressão que é íntima, violenta, insidiosa, mas que "não faz barulho."**

Tem, nesse sentido, características semelhantes à violência sexual (0,9%), em que "os vizinhos não ouvem e os filhos não ouvem". Pode, acredita Daniel Cotrim, acontecer com mais frequência do que aquela que é geralmente reportada, escondendo-se na vergonha e até na ausência de consciência da sua ocorrência.

"A violência sexual é do foro íntimo e há uma grande vergonha em relatar", diz. Além disso, e sobretudo para as mulheres, "ter relações para o companheiro forçadas não existem", para só depois "perceberem que foram vítimas de uma violação".

Esta conjuntura, diz Daniel Cotrim, marcada também por uma espécie de "paralisia" da vítima, que tem menos meios a que recorrer para pedir ajuda, faz com que os agressores achem que estão a viver uma espécie de núpcias. **"Os confinamentos ajudaram as pessoas agressoras a achar que vivem uma espécie de lua de mel".**

Para isto contribui também o facto de o controlo sobre a vítima ser maior e a desconfiança constante sobre um potencial amante (um argumento muito frequente para agressões) ser reduzida pelo teletrabalho.

Outro fator que pode ter levado à diminuição da violência doméstica na forma física tem que ver com as diversas campanhas levadas a cabo para proteger as vítimas, que em período de confinamento ficam mais vulneráveis e sem meios de pedir ajuda. Logo em março de 2020, a Secretaria de Estado para a Igualdade criou inclusivamente uma acção, pedindo a família e vizinhos para estarem atentos e denunciarem caso houvesse suspeita de violência, depois de na China os casos terem disparado.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM 3 FASES DE 2020

A antecipar o aumento dos casos em março de 2020, o Governo assegurou mais cem camas para acolher vítimas de violência doméstica, tendo criado até um email específico para receber as novas denúncias, com a palavra "covid-19" e com piquetes de urgência em todos os distritos. Além disso, foram criadas mais cem camas em casas abrigo, cuja gestão ficou também sob a alçada da APAV. "A APAV esteve a gerir metade dessas vagas, portanto temos noção do tipo de situações que foram acontecendo", diz Daniel Cotrim.

Passado quase um ano, o psicólogo consegue identificar três padrões distintos da violência doméstica em tempos de pandemia, que assume aqui contornos e dinâmicas específicas. **O estado de emergência e o teletrabalho fizeram diminuir as denúncias, ao passo que o regresso ao novo normal, que marcou o período entre maio e agosto, tiveram o efeito inverso.**

Mas vamos por partes. O primeiro padrão ocorreu nos dois primeiros estados de emergência. Aqui deu-se um cenário de "tranquilidade aparente", em que diminuíram os pedidos de ajuda, tendo havido também menos denúncias às autoridades. Como justificação, além das campanhas públicas de alerta, havia a incerteza do momento, que levou a que muitas famílias tivessem de se reorganizar e a resolver aspetos práticos do isolamento.

Mas depois vieram os períodos de desconfinamento. "Em maio e junho, no regresso ao que se chamou de 'novo normal', sentimos um aumento do número de novas situações", diz Daniel Cotrim. "As pessoas foram retomando as suas vidas, as pessoas foram saindo de casa. O agressor saiu, a vítima saiu. E, assim, houve espaço para que nas situações de maior risco e gravidade, as pessoas pudessem pedir ajuda. Sentimos isto, claramente."

Em setembro, o número de denúncias às autoridades e a chegada de casos à APAV tende a aumentar, mas em 2020, e nos dois casos, notou-se uma estabilização. Há dois motivos principais. Em causa poderá estar, primeiro, o aumento de casos positivos de COVID-19, que levou o governo a recomendar novamente o teletrabalho. Novamente, dá-se um aumento do controlo: **"A vítima e agressor voltaram a estar juntas, apesar de o estado de confinamento não ser exatamente igual."**

Além disso, há o tal agravamento da situação socio-económica. "Aquilo que percebemos em junho é que muitos pedidos de apoio vinham 'embrulhados' nas questões da dificuldade económicas e sociais. Muitas mulheres desempregadas ou em regimes de layoff viviam relações abusivas, mas sentiam que não podiam sair dessa relação, porque não tinham como subsistir, sobretudo nos casos em que há filhos."

Esta nova variável, diz, vem tendo uma força muito grande. "Nós vimos isto acontecer no período de crise social e económica de 2008 em que recebíamos o mesmo tipo de pedidos: 'Eu vivo numa relação abusiva, mas eu não posso sair daqui, porque não tenho forma de arranjar casa'".

O comunicado enviado pela ENSP, a propósito do novo relatório, conclui o mesmo: "São também as pessoas que reportam dificuldades económicas ou cuja atividade profissional foi prejudicada pela pandemia quem mais refere ser vítima de violência doméstica."

Daniel Cotrim reforça a importância da responsabilidade e solidariedade social. É preciso estar alerta. "É importante continuar a alimentar a ideia da prevenção, sobretudo agora com as escolas fechadas e com crianças em casa. Elas são vítimas diretas da violência — ou por exposição, ou porque são agredidas.

É preciso que os vizinhos e a comunidade estejam atentos. "Temos de ser responsáveis uns contra os outros. Não há uma vacina contra a violência doméstica."

Diário de Notícias

O confinamento é "uma lua-de-mel para os agressores"?

Que há de melhor para um agressor que a vítima fechada com ele? Antecipava-se por isso agravamento na violência doméstica em 2020. Mortes foram 32 - menos três que em 2019 - e registaram-se menos queixas. Mas houve mais presos por este crime, mais medidas de coação e mais tele-assistência que em 2019.



"Tinha pesadelos na primeira semana do confinamento"

Um contraste que a secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, atribui a "uma maior resposta do Ministério Público e a uma maior sensibilidade em geral". E explicita: "Faço uma monitorização muito regular com as estruturas da rede, os gabinetes locais que fazem o atendimento. E o que me transmitiram foi uma maior autonomização das vítimas, que sentem que há mais medidas de coação e afastamento, o que de facto se traduz nos números que fomos recebendo relativos a essas medidas."

A essa maior sensibilidade do MP, que se materializou também naquilo que classifica como "um aumento brutal da tele-assistência, de 3031 casos para 4175 - começámos com um gasto de 127 mil euros em 2014 e agora é de um milhão", acrescenta-se, crê a governante, uma maior intervenção de terceiros. "Tem-se verificado uma maior solidariedade de familiares, amigos e terceiros em relação à vítima - seja na denúncia, nos pedidos de ajuda às estruturas da rede, seja no apoio, recebendo-a em sua casa, por exemplo. Creio que houve um aumento da consciencialização por efeito da mediatização e alerta social. Nunca se falou tanto de violência doméstica, e a mensagem de que existem apoios levou a uma maior mobilização e a uma responsabilização coletiva."

Mas adverte: "Como socióloga algo que me deixa os cabelos em pé é ler os dados que há como espelho da realidade. Nestas coisas temos de distinguir o que chega às forças de segurança e a realidade dos apoios e atendimentos."

E essa da realidade das cifras negras: o crime de violência doméstica é daqueles em que o desencontro entre aquilo que se passa e o que é denunciado é maior. Ainda assim, a secretária de Estado admite que o panorama do ano que passou é muito diferente do que temeu no início do confinamento: **"Na primeira semana tinha pesadelos. Aquilo que temia era um aumento dos casos de homicídio, uma explosão de situações terríveis."**

Era na verdade o medo de todos os que trabalham com vítimas de violência doméstica, e havia indicações internacionais de que poderia ser essa a tendência. Mas pelo menos no que respeita a mortes não foi. Há motivos para isso, reflete Rosa Monteiro: "O agressor está com os vizinhos todos em casa, portanto há mais vigilância, mais presença alheia. E também está com todo o controlo. E a a vítima adapta-se, porque é dotada de agência. Como me dizia Margarida Medina Martins [da Associação das Mulheres Contra a Violência], as vítimas têm racionalidade."

Daniel Cotrim, da Associação de Apoio à Vítima (APAV), corrobora: **"A Covid e especialmente nos momentos em que obriga ao confinamento é uma lua de mel para o agressor. Porque a violência doméstica é domínio. A pessoa agressora viveu neste período nesta ideia mentirosa e de fantasia de que a pessoa está com ele porque quer. Acredito que a violência física terá diminuído, crescendo muito mais a psicológica e a sexual, que são violências mais silenciosas. A pressão psicológica, o medo, a humilhação, a chantagem, aumentam."**

"Acho que aumentou exponencialmente neste período"

Num estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (Universidade Nova de Lisboa) sobre, precisamente, "Violência Doméstica em tempos de Covid-19", cujos resultados preliminares são divulgados esta quarta-feira, 15% dos respondentes dizem ter sido vítimas deste crime, descrevendo-o a esmagadora maioria (13%) como consistindo em violência "psicológica"; 1% terá sido sexual e 0,9% física. Dos inquiridos que reportam ter sido alvo de violência, mais de um terço (34%) indicam tê-la sofrido pela primeira vez durante o período da pandemia.

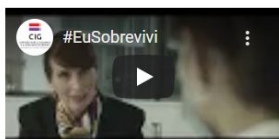
Este estudo foi efetuado *online* e por auto-reporte, num total de 1062 respostas; **a maioria das pessoas que disseram ser vítimas são do sexo feminino, e 72% não procurou ajuda ou fez qualquer denúncia. "Parece haver sinais de um aumento de casos não reportados oficialmente"**, diz a coordenadora do estudo, Sónia Dias, investigadora da Escola Nacional de Saúde Pública.

A APAV ainda não coligiu os seus números de 2020 mas Daniel Cotrim adianta que os pedidos de ajuda desceram 20% no primeiro mês do confinamento, depois de o ano ter arrancado com "mais denúncias e mais consciencialização". Depois, no desconfinamento, "surgiram vítimas que na sua maioria vinham de situações de violência continuada que piorou com o confinamento ou que não tinham tido facilidade em pedir ajuda por não poderem sair."

Ainda assim, acredita que o número de casos apresentados não corresponde à realidade: "Acho que a violência doméstica aumentou exponencialmente neste período." E acrescenta um elemento: "Em setembro começa-se a ter uma ideia clara de como a crise económica afeta sobretudo as mulheres. É como no tempo da troika. Elas pedem ajuda mas não podem sair da relação abusiva por causa da situação económica."



Campanha # EUSOBREVIVI | Prevenção e Combate à Violência Doméstica



A campanha #EuSobrevivi reforça a vigilância contra a violência doméstica e alerta para os desafios impostos pela pandemia COVID-19.

O [vídeo da campanha](#) decorre num contexto profissional, pretendendo alertar para a importância das pessoas que no seu dia-a-dia têm contacto com potenciais vítimas de violência doméstica e que se devem mobilizar para as apoiar. Toda a estratégia é de capacitação das vítimas, indicando serviços e mobilizando para uma ação coletiva de apoio.

A campanha conta com a colaboração da AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência, Associação Mulheres Sem Fronteiras, Associação Ser Mulher, APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, APF – Associação de Planeamento da Família, Associação Plano I, Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, Colabora, Corações Com Coroa, FEM – Feministas em Movimento, IAC – Instituto de Apoio à Criança, Movimento Democrático de Mulheres, Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, UMAR – União das Mulheres Alternativa e Resposta e Quebrar o Silêncio Associação.



Casa Pia
Lisboa

A Casa Pia de Lisboa, através dos Centros de Educação e Desenvolvimento Jacob Rodrigues Pereira e António Aurélio da Costa Ferreira, colaborou com a [APAV | Associação Portuguesa de Apoio à Vítima](#) no projeto Infovítimas Inclusivo.

O Infovítimas Inclusivo é o primeiro website em Portugal que disponibiliza informação sobre direitos, processos-crime e seus intervenientes e funcionamento do sistema judicial, adaptada a pessoas com deficiência visual e/ou auditiva, vítimas de crime ou violência, o que ajudará estes cidadãos a tomarem decisões mais informadas e seguras.

A Presidente do Conselho Diretivo da Casa Pia de Lisboa, Cristina Figueiro, participou hoje na apresentação online do projeto (<https://youtu.be/BXX47m4ZLHo>, a partir dos 20:55min), onde referiu o trabalho realizado por "todas estas entidades e pela Casa Pia de Lisboa, num espírito de abertura, de aprendizagem comum e de serviço público. Continuaremos a dar os nossos contributos se isso for motivo para facilitar a vida e o acesso aos Direitos dos nossos concidadãos."

Conheça o Projeto em www.infovítimas.pt



#EuSobrevivi: contra a violência doméstica em tempos de pandemia

Sábado 30 de janeiro de 2021 às 22:49



A campanha **#EuSobrevivi**, lançada em Portugal para assinalar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, reforça a vigilância contra a violência doméstica e alerta para os desafios impostos pela pandemia de covid-19.

O [vídeo da campanha](#) decorre num contexto profissional, pretendendo alertar para a importância das pessoas que no seu dia-a-dia têm contacto com potenciais vítimas de violência doméstica e que se devem mobilizar para as apoiar.

Toda a estratégia é de capacitação das vítimas, indicando serviços e mobilizando para uma ação coletiva de apoio.

Cofinanciada pelo [POISE](#) – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, a campanha **#EuSobrevivi** é promovida pela Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade e a [CIG](#) – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

A campanha conta com a colaboração da AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência, Associação Mulheres Sem Fronteiras, Associação Ser Mulher, APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, APF – Associação de Planeamento da Família, Associação Plano I, Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, Coolabora, Corações Com Coroa, FEM – Feministas em Movimento, IAC – Instituto de Apoio à Criança, Movimento Democrático de Mulheres, Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, UMAR – União das Mulheres Alternativa e Resposta e Quebrar o Silêncio Associação.

Pais em tempos de crises: O abandono e a negligência nos idosos

Na sequência de um estudo feito pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian sobre a violência nos idosos, em crónica anterior já referido, indicavam-se diferentes tipos que essa violência poderia revestir.

Esta crónica, seguindo o mesmo estudo, refere-se a outras maneiras de exercer violência sobre as pessoas idosas. Uma delas é a do abandono.

O abandono tem a ver com o "deixar a pessoa idosa sem receber os cuidados necessários por parte de alguém que tinha a sua custódia ou que tinha assumido esta responsabilidade." No abandono, a pessoa que tinha a custódia física ou a responsabilidade de cuidar do idoso deixa-o entregue a si mesmo, desaparece, larga-o numa instituição, hospital...

O abandono pode verificar-se em casa quando a pessoa idosa é votada à solidão, sem capacidade de interagir socialmente com outras pessoas ou de cuidar de si mesma.

O abandono ocorre quando o responsável deixa de visitar ou comunicar com a pessoa idosa, esteja ela institucionalizada ou internada em hospital, após lhe ser concedida alta médica e social. Para cada um destes casos, por vezes associados a situações familiares de grande precaridade económica, a legislação penal apresenta-se com múltiplas variações, consoante as situações

Quanto à negligência, ela difere do abandono pela "recusa, omissão ou ineficácia na prestação de cuidados, obrigações ou deveres à pessoa idosa, e inclui, entre outros exemplos, a recusa/omissão de alimentação, recusa/omissão de suporte material e emocional e o descuido a nível dos cuidados de higiene e de saúde." Este tipo de violência é praticado por quem deixa de socorrer as necessidades básicas da pessoa idosa. Pormenorizando este tipo de violência, o Estudo que se vem seguindo, distingue entre "negligência activa", quando a recusa, omissão ou ineficácia na prestação de cuidados é propositada, estando o cuidador consciente de que está a falhar aos seus deveres, da "negligência passiva" quando o cuidador não estiver consciente de que está a omitir nos seus deveres de cuidado. Neste último caso, a negligência surge muitas vezes devido ao desconhecimento do cuidador que não recebe a formação devida para a adequada prestação de cuidados ou a dificuldades físicas ou cognitivas do cuidador para assumir essas funções. Outra situação, ainda, é a de cuidadores que são também pessoas idosas, apresentando, elas próprias, algum tipo de limitação física ou cognitiva. Quantos casais de pessoas idosas se encontram nestas condições!

Os estudos realizados sobre o abandono e a negligência não têm sido suficientemente esclarecedores. Um aspecto, porém, parece certo: as pessoas idosas mais vulneráveis são as que enfrentam quer o maior risco de serem vítimas de negligência ou abandono, quer as que estão mais socialmente isoladas, quer as que menos recorrem a serviços de apoio. Elas constituem um sinal de alerta e de que a GNR, através do seu Programa "Idosos em Segurança", tem sido um bom exemplo de serviço à comunidade.

Os direitos não têm idade

• 4 semanas atrás

Na operação “Censos Sénior” a GNR sinalizou 42 439 pessoas idosas que vivem sozinhas e/ou isoladas ou em situação de vulnerabilidade, devido à sua condição física, psicológica ou outra que possa colocar em causa a sua segurança.



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) propõe no relatório, recentemente publicado, Portugal Mais Velho: Por uma sociedade onde os direitos não têm idade, a seguinte definição de abandono:

“O abandono passa pelo distanciamento físico e / ou emocional e definitivo que resulta na falta de prestação de cuidados e conduz a pessoa idosa à total carência de redes de apoio familiar ou outras.”

São vários os tipos de violência exercidos sobre a pessoa idosa: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência económico-financeira, negligência, abandono.

O abandono é um tipo de violência complexo que pode ocorrer em vários contextos, nos domicílios e/ou em instituições. Pode dar-se no domicílio da pessoa idosa, quando esta é votada à solidão na sua própria casa, sem capacidade de interagir socialmente com outras pessoas ou de cuidar de si mesma. O abandono pode também ocorrer, por exemplo, nos hospitais onde a pessoa é internada e permanece após a alta médica.

Todos os anos dezenas de idosos são abandonados nos hospitais portugueses. A grande maioria são casos sociais, sem retaguarda familiar, e ficam internados, sozinhos, sem critério clínico, à espera de uma resposta. Devido à pandemia, a Segurança Social tem vindo a desenvolver esforços para que os pacientes que já tiveram alta, mas que continuam internados por falta de ajuda externa, sejam retirados dos hospitais e estão a ser colocados em lares ou estruturas da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Na vizinha Espanha, fortemente atingida pela pandemia, aumenta o número de pessoas que quer deserdar os seus familiares porque se sentem abandonados:

“Nem os meus filhos nem os meus netos me ligaram uma única vez para saber como estou ou se preciso de alguma coisa. É como se não existisse. Se não querem saber nada de mim, também não devem disfrutar do meu dinheiro quando morrer.”

No ano passado o Supremo Tribunal de Justiça espanhol confirmou o testamento de uma mulher que deserudou a sua filha por “desentender-se” com ela, a herdeira tinha impedido a mãe de contactar com os netos e negou-se a atender-lhe o telefone. Os magistrados argumentaram que esta conduta gerou na senhora uma “situação de tristeza” suficientemente grave para justificar a sua decisão de legar todo o seu património a outro filho que, este sim, cumpriu com a “obrigação legal e moral” de responder às suas necessidades emocionais. Já em 2014 este tribunal tinha negado os direitos sucessórios de dois homens que não cuidaram do pai, gravemente doente.

Uma discussão que deve ser feita também em Portugal, acompanhada de uma urgente mudança de paradigma e de cultura enraizados na nossa sociedade, procurando a inclusão das pessoas idosas na família e na sociedade “Por uma sociedade onde os direitos não têm idade”.